

Companhia
Energética
Manauara

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Companhia Energética Manauara

Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Manauara (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Manauara em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Dependência Econômica

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a totalidade da receita de venda de energia é proveniente exclusivamente do contrato de arrendamento mercantil financeiro junto a Centrais Elétricas do Norte S/A (“Eletronorte”). Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2. às demonstrações financeiras que indica que as informações comparativas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, elaboradas originalmente antes dos ajustes, descritos na nota 2, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 22 de março de 2021, sem modificação. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e, portanto, não expressamos opinião, conclusão ou qualquer forma de asseguarção sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Salvador, 22 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

Companhia Energética Manauara

Balances patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa				Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa			
		31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado, não auditados)	01/12/2020 (Reapresentado, não auditados)			31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado, não auditados)	01/12/2020 (Reapresentado, não auditados)
Circulantes				Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.244	2.716	8.698	Fornecedores	11	2.235	8.393	5.141
Depósitos bancários vinculados	5	6.093	6.034	4.892	Empréstimos e financiamentos	12	44.275	20.825	12.163
Contas a receber	6	37.475	36.885	25.442	Obrigações sociais e trabalhistas		591	529	685
Arrendamento mercantil a receber	7	62.583	62.667	59.271	Obrigações tributárias	13	8.043	4.706	3.530
Adiantamentos a fornecedores	9	7.321	107.817	96	Imposto de renda e contribuição social a recolher		2.885	1.813	1.370
Impostos a recuperar	10	9.051	834	404	Tributos diferidos	14	-	2.131	2.696
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.477	705	2.549	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18	17.000	4.973	-
Estoques	8	32.302	10.980	25.841	Outras contas a pagar	15	181	564	606
Outras contas a receber	9	39.909	7.639	5.494	Total dos passivos circulantes		75.210	43.934	26.191
Total dos ativos circulantes		215.455	236.277	132.687	Não circulantes				
Não circulantes				Empréstimos e financiamentos					
Arrendamento mercantil a receber	7	124.445	170.485	205.793		12	65.118	143.189	89.901
Depósitos bancários vinculados	5	-	-	5.671	Tributos diferidos	14	17.240	23.916	27.966
Estoque	8	-	9.967	-	Outras contas a pagar	15	1.216	1.500	1.436
Impostos a recuperar	10	573	-	-	Total dos passivos não circulantes		83.574	168.605	119.303
Depósitos judiciais		95	95	596	Patrimônio líquido				
Outras contas a receber	9	33.303	-	-	Capital social		50.000	50.000	50.000
Imobilizado		13.651	4.027	4.563	Reservas de legal		10.000	10.000	10.000
Total dos ativos não circulantes		172.067	184.574	216.623	Reservas de lucros		168.738	148.312	143.816
Total dos ativos		387.522	420.851	349.310	Total do patrimônio líquido	18	228.738	208.312	203.816
				Total dos passivos e do patrimônio líquido					
		387.522	420.851	349.310			387.522	420.851	349.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os valores correspondentes relacionados ao exercício findo em 2020 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2020 foram auditados antes dos ajustes descritos na nota 2.

Companhia Energética Manauara

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado, não auditados)
Receita operacional líquida	20	34.722	43.633
Custos de operação e manutenção	21	<u>(35.409)</u>	<u>(44.951)</u>
Prejuízo bruto		(687)	(1.318)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(7.806)	(6.721)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	<u>(1.052)</u>	<u>5.693</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(9.545)</u>	<u>(2.346)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	65.194	36.582
Despesas financeiras	22	<u>(11.263)</u>	<u>(12.734)</u>
Total		<u>53.931</u>	<u>23.848</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>44.386</u>	<u>21.502</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(23.542)	(10.803)
Diferido	19	6.676	3.473
Incentivo fiscal	19	14.772	# 6.375
Total		<u>(2.094)</u>	<u>(955)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>42.292</u>	<u>20.547</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de ações		<u>0,940</u>	<u>0,457</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:			
Acionistas controladores		42.089	12.328
Acionistas não controladores		<u>203</u>	<u>8.219</u>
		<u>42.292</u>	<u>20.547</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os valores correspondentes relacionados ao exercício findo em 2020 foram auditados antes dos ajustes descritos na nota 2.

Companhia Energética Manauara

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado, não auditados)
Lucro líquido do exercício	42.292	20.547
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>42.292</u></u>	<u><u>20.547</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os valores correspondentes relacionados ao exercício findo em 2020 foram auditados antes dos ajustes descritos na nota 2.

Companhia Energética Manauara

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucro acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
Saldos em 01 de janeiro de 2020 (como previamente divulgado)		50.000	10.000	44.854	91.500	-	196.354
Impacto de retificação de erro		-	-	-	7.462	-	7.462
Saldos em 01 de janeiro de 2020 (reapresentados, não auditados)		50.000	10.000	44.854	98.962	-	203.816
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	20.547	20.547
Destinação do lucro:							
Complemento de reservas de incentivo fiscal	18	-	-	6.375	-	(6.375)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais distribuídos (R\$0,23 por lote de mil ações)	18	-	-	-	(10.201)	-	(10.201)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,13 por lote de mil ações)	18	-	-	-	-	(5.850)	(5.850)
Complemento de reservas de lucros retidos	18	-	-	-	8.322	(8.322)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentados, não auditados)		<u>50.000</u>	<u>10.000</u>	<u>51.229</u>	<u>97.083</u>	<u>-</u>	<u>208.312</u>
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	42.292	42.292
Destinação do lucro:							
Complemento de reservas de incentivo fiscal	18	-	-	14.772	-	(14.772)	-
Dividendos adicionais de 2020 (R\$0,11 por lote de mil ações)	18	-	-	-	(4.866)	-	(4.866)
Dividendos intermediários a pagar de 2021 (R\$0,38 por lote de mil ações)	18	-	-	-	-	(17.000)	(17.000)
Complemento de reservas de lucros retidos	18	-	-	-	10.520	(10.520)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>50.000</u>	<u>10.000</u>	<u>66.001</u>	<u>102.737</u>	<u>-</u>	<u>228.738</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os valores correspondentes relacionados ao exercício findo em 2020 e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2020 foram auditados antes dos ajustes descritos na nota 2.

Companhia Energética Manauara

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (reapresentados, não auditados)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		42.292	20.547
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	21	912	729
Variação cambial líquida	22	(3.126)	920
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	12 e 22	10.116	6.300
Amortização do custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 22	567	140
Rendimento de depósitos bancários vinculados	22	(1.462)	(536)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	22	(30.958)	(13.655)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(11.047)	(3.473)
Reversão do ajuste a valor presente	22	(16.543)	(17.457)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(590)	(11.443)
Arrendamento mercantil a receber		93.625	62.634
Estoques		(11.355)	4.894
Impostos a recuperar		(29.218)	16.813
Despesas antecipadas e outros		34.923	(109.365)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3.032)	2.332
Obrigações tributárias		29.974	(10.562)
Obrigações sociais e trabalhistas		62	(156)
Outras contas a pagar		(667)	22
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>104.473</u>	<u>(51.316)</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos			
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(4.669)	(3.970)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais		<u>(9.504)</u>	<u>(6.365)</u>
		<u>90.300</u>	<u>(61.651)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(10.536)	(193)
Aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados		1.403	5.065
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento		<u>(9.133)</u>	<u>4.872</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	-	165.000
Captação de custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	12	-	(1.702)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(55.800)	(101.423)
Dividendos pagos	18	(9.839)	(11.078)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		<u>(65.639)</u>	<u>50.797</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>15.528</u>	<u>(5.982)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
	4	2.716	8.698
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			
	4	<u>18.244</u>	<u>2.716</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>15.528</u>	<u>(5.982)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os valores correspondentes relacionados ao exercício findo em 2020 foram auditados antes dos ajustes descritos na nota 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Manauara (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 30 de março de 2005, com sede em Manaus, Estado do Amazonas. A Companhia tem por objeto social a operação e a manutenção de uma usina termoeletrica no município de Manaus, para fornecer energia elétrica para a Centrais Elétricas do Norte S/A (“Eletronorte”), anteriormente à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas GT”). Em 1.º de julho de 2021 a empresa Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A – Eletrobras Amazonas GT foi incorporada pela empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.– Eletronorte, a qual absorveu todos os ativos, colaboradores, bem como compromissos e responsabilidades da Amazonas GT.

A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica por meio da Resolução Autorizativa nº 608, de 13 de junho de 2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada a pedido da Companhia e a critério da ANEEL (direito discricionário).

A Companhia iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006 e possui capacidade instalada de 73.400 kW, gerada por meio de quatro de suas unidades motogeradoras de 18.350 kW. Além disso conta com uma quinta unidade motogeradora de contingência, que é acionada em períodos de parada para manutenções corretivas e preventivas a fim de garantir o cumprimento da geração mensal contratual.

Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com base no Contrato de Suprimento de Energia n.º 1.820/2005 (“Contrato”) firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte.

A Companhia possui um faturamento fixo mensal com base na sua Potência Contratada Mensal de 60 MW com preço específico reajustado anualmente e um faturamento variável mensal pela Energia Fornecida referente à operação e manutenção (O&M) com preço específico reajustado anualmente. Este valor é definido pela Energia Líquida Fornecida (MW/h) a cada mês. A partir do Termo Aditivo nº 10/2020 ao Contrato de Suprimento entre a Companhia e Eletronorte não existe mais o limite superior de 3%, que era um limite acima do qual não se recebia nenhum valor e agora os valores acima de 3% podem também ser utilizados para compensação financeira conforme mencionado abaixo.

A partir do Termo Aditivo nº 10/2020 ao Contrato de Suprimento entre a Companhia e Eletronorte, a Companhia passou a ter o direito de reter os recursos excedentes de geração e abatê-los do valor a ser indenizado pela Eletronorte na hipótese do valor a ser reembolsado via sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC venha a ser inferior ao valor do investimento da conversão homologado pela Aneel, tal diferença, será considerada como investimento não amortizado, sendo passível de compensação financeira pela Eletronorte ao término do contrato, limitado a R\$ 30.000.

Em 2020 a Companhia obteve da Eletronorte a aprovação para conversão dos motogeradores para a modalidade SG (*Single Gás*), ou seja, operação com 100% gás natural, sem necessidade de compressor de gás e óleo combustível. A conversão das cinco unidades foi concluída em janeiro de 2022, e efetuada de forma gradual, um motor por vez, para que a geração de energia não fosse interrompida, em 2021 quatro dos cinco motores foram totalmente convertidos. O serviço de conversão foi efetuado pela própria fabricante dos motogeradores, Wärtsilä, na modalidade *Turn key*, ou seja, entregues prontos para uso.

Os motogeradores convertidos terão os horímetros zerados e voltarão ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção. O investimento no projeto está estimado em R\$ 124.000, dos quais já foram totalmente quitados ao fornecedor. Considerou-se para viabilizar o projeto o reembolso via Sub-rogação da CCC, no valor estimado de até R\$ 96.100, atualizados pelo IPCA. Na hipótese do valor a ser reembolsado pela CCC venha a ser inferior ao valor do investimento da conversão homologado pela ANEEL, tal diferença, será considerada como investimento não amortizado, sendo passível de compensação financeira pela Eletronorte ao término do contrato, limitado a R\$ 30.000, ou seja, a Companhia projeta o reembolso de 100% do valor investido.

A conversão dos motores não trará qualquer alteração contratual relacionada a precificação do arrendamento e de demais serviços de operação e manutenção entre a Companhia e a Eletronorte, a exceção está relacionada a indisponibilidade involuntária de energia que ficará limitada a 5% da potência contratada durante o período da prestação de serviço da conversão por consequência da parada dos motores. Para maiores detalhes sobre os impactos dessa conversão ver nota explicativa 7.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina, incluindo as manutenções preventivas e corretivas. A Companhia também é responsável pela aquisição de insumos e óleo combustível necessários para a geração, sendo este último posteriormente reembolsado pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, enquanto a Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural. A produção de energia elétrica é integralmente transferida à Eletronorte.

A Eletronorte é responsável por operar e manter os equipamentos de conexão de sua propriedade e assegurar a conexão dos pontos de entrega de energia com o sistema elétrico. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) (Operações de Arrendamento Mercantil), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato, quando haverá uma notificação prévia à ANEEL.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da ANEEL, quando aplicáveis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 22 de março de 2022 as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE n.º 20 – Reconhecimento de Receita;
- NE n.º 7 – Arrendamento mercantil financeiro CPC06 (R2);

Incertezas sobre premissas e estimativas

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação e realização do arrendamento mercantil financeiro, a recuperação do valor dos ativos, incluindo:

- NE n.º 9 - Outras contas a receber com a sub-rogação do CPC48 – Instrumentos Financeiros;

- NE n.º 7 - Arrendamento mercantil financeiro CPC06 (R2);
- NE n.º 14 - Tributos diferidos.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

Reapresentação dos saldos comparativos

No exercício de 2021, a Companhia reavaliou os critérios adotados na mensuração dos saldos do arrendamento mercantil a receber e identificou algumas inconsistências com o estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 06 R2 (operações de arrendamento mercantil), nos quais podemos citar. (i) recebimentos líquidos atrelados a índice de inflação variáveis incluídos nas projeções dos recebíveis, (ii) custos variáveis incluídos no cálculo incluídos nas projeções dos recebíveis, razão pela qual a Companhia está reapresentando o referido balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 1.º de janeiro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício de 31 de dezembro de 2020 em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Os efeitos dos ajustes realizados nos saldos em 31 de dezembro de 2020 e em 1.º de janeiro de 2020, estão a seguir demonstrados:

Reclassificação nos saldos do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020

No balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 a Companhia reclassificou o saldo de R\$ 106.483, anteriormente apresentado no ativo circulante na conta de Estoque para a conta Adiantamentos a fornecedores, também classificada no ativo circulante. Essa reclassificação foi efetuada com objetivo de apresentar o saldo de acordo com sua natureza contábil, sem efeito em qualquer outro demonstrativo apresentado nessas demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2020			1.º de janeiro de 2020		
	Original reportado	Ajuste:	Saldo ajustado	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Ativo						
Circulante						
Arrendamento mercantil a receber	55.436	7.231	62.667	53.294	5.977	59.271
Adiantamento a fornecedor	1.334	106.483	107.817			
Estoque	117.463	(106.483)	10.980			
Demais rubricas do ativo circulante	54.813	-	54.813	73.416	-	73.416
Total do ativo circulante	229.046	7.231	236.277	126.710	5.977	132.687
Não circulante						
Arrendamento mercantil a receber	164.833	5.652	170.485	201.614	4.179	205.793
Demais rubricas do ativo não circulante	14.089	-	14.089	10.830	-	10.830
Total do ativo não circulante	178.922	5.652	184.574	212.444	4.179	216.623
Total do ativo	407.968	12.883	420.851	339.154	10.156	349.310
Passivo						
Circulante						
Demais rubricas do passivo circulante	43.934	-	43.934	26.191	-	26.191
Total do passivo circulante	43.934	-	43.934	26.191	-	26.191
Não circulante						
Tributos diferidos	21.952	1.964	23.916	25.272	2.694	27.966
Demais rubricas passivo não circulante	144.689	-	144.689	91.337	-	91.337
Total do passivo não circulante	166.641	1.964	168.605	116.609	2.694	119.303

Companhia Energética Manauara
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021

Patrimônio líquido						
Demais rubricas do patrimônio líquido	60.000	-	60.000	60.000	-	60.000
Reserva de lucros	<u>137.393</u>	<u>10.919</u>	<u>148.312</u>	<u>136.354</u>	<u>7.462</u>	<u>143.816</u>
Total do patrimônio líquido	<u>197.393</u>	<u>10.919</u>	<u>208.312</u>	<u>196.354</u>	<u>7.462</u>	<u>203.816</u>
Total do passivo	<u>407.968</u>	<u>12.883</u>	<u>420.851</u>	<u>339.154</u>	<u>10.156</u>	<u>349.310</u>

Demonstração de resultado

	<u>1.º de janeiro a 31 de dezembro de 2020</u>		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Receita operacional líquida	40.825	2.808	43.633
Custos de operação e manutenção	(44.951)	-	(44.951)
Lucro bruto	<u>(4.126)</u>	<u>2.808</u>	<u>(1.318)</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(6.001)	-	(6.001)
Honorários dos Administradores	(720)	-	(720)
Outras receitas operacionais, líquidas	5.693	-	5.693
Lucro antes do resultado financeiro	<u>(5.154)</u>	<u>2.808</u>	<u>(2.346)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	31.728	(1.197)	30.531
Despesas financeiras	(7.269)	1.506	(5.763)
Variação cambial líquida	<u>(920)</u>	<u>-</u>	<u>(920)</u>
Total	<u>23.539</u>	<u>309</u>	<u>23.848</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>18.385</u>	<u>3.117</u>	<u>21.502</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	(10.803)	-	(10.803)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.133	340	3.473
Incentivo fiscal	<u>6.375</u>	<u>-</u>	<u>6.375</u>
Total	<u>(1.295)</u>	<u>340</u>	<u>(955)</u>
Lucro líquido do período	<u>17.090</u>	<u>3.457</u>	<u>20.547</u>

Demonstração dos fluxos de caixa

	<u>1.º de janeiro a 31 de dezembro de 2020</u>		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>17.090</u>	<u>3.457</u>	<u>20.547</u>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	729	-	729
Variação cambial líquida	920	-	920
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	6.300	-	6.300
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e debêntures	140	-	140
Rendimento de depósitos bancários vinculados	(536)	-	(536)
Atualização monetária arrendamento mercantil	(12.149)	(1.506)	(13.655)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.133)	(340)	(3.473)
Reversão de ajuste a valor presente arrendamento mercantil	<u>(18.654)</u>	<u>1.197</u>	<u>(17.457)</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber	(11.443)	-	(11.443)
Arrendamento mercantil a receber	65.442	(2.808)	62.634
Adiantamento a fornecedores	4.894	-	4.894
Estoques	(101.589)	-	(101.589)
Impostos a recuperar	(2.882)	-	(2.882)
Outras contas a receber	<u>(11.443)</u>	<u>-</u>	<u>(11.443)</u>

	1.º de janeiro a 31 de dezembro de 2020		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	2.332	-	2.332
Obrigações tributárias (circulante)	(11.236)	-	(11.236)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(3.296)	-	(3.296)
Obrigações sociais e trabalhistas	(156)	-	(156)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(6.365)	-	(6.365)
Outras contas a pagar	22	-	22
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(61.651)	-	(61.651)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(193)	-	(193)
Aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados	5.065	-	5.065
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	4.872	-	4.872
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	165.000	-	165.000
Captação de custo de captação sobre empréstimos e debêntures	(1.702)	-	(1.702)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(101.423)	-	(101.423)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(11.078)	-	(11.078)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	165.000	-	165.000
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	50.797	-	50.797
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(5.982)	-	(5.982)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.698	-	8.698
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.716	-	2.716
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(5.982)	-	(5.982)

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio de resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar através de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** inputs, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Companhia, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Companhia em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição ou valor realizável líquido – dos dois o menor. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Redução ao valor recuperável (Impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A Companhia possui os benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC para a aquisição de insumos e óleo combustível necessário para a geração e o benefício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração.

Imposto de renda e contribuição social - Correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007. A Companhia efetuou a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração faz os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento de receitas de venda de energia elétrica

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda da potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo):** refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica em ambiente regulado (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR).

A receita pela venda de potência foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro, em 1.º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa n.º 1.

- **Receita com venda de energia:** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com a Eletronorte

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preços estabelecidos no contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a quantidade média ponderada de ações ordinárias da Companhia em circulação. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3.1 Efeitos da covid-19

O efeito da pandemia se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumentos de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de empregados e prestadores de serviços, força de trabalho insuficiente e outros desafios.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema:

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia;

- Em relação à receita, não houve efeitos negativos nas operações atuais e não há previsão de efeito relevante no futuro;
- A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico;
- A liquidação de seus passivos está ocorrendo no curso normal dos negócios;
- Durante a pandemia, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo efeitos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

São valores fundamentais da Companhia: segurança e responsabilidade socioambiental. Assim, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas;
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais;
- Disponibilização de máscara e protetores faciais para os colaboradores;
- Protocolos de distanciamento social e alternância de rotina, procurando evitar a contaminação do espaço de trabalho e contágio dos colaboradores;
- Ações sociais de apoio no combate à covid-19 na cidade de Manaus com a doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) hospitalares para unidades de saúde de referência; recuperação de respiradores automáticos em parceria com o SENAI; atenção especial às pessoas em situação de risco, por meio da doação de testes de covid-19 e EPIs hospitalares a asilos e cestas básicas aos vizinhos residenciais da UTE Manauara.

Com base no exposto, a Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas tempestivamente para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos.

4 Caixa e equivalentes de Caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	4	4
Aplicações financeiras de alta liquidez	18.240	2.712
Total	18.244	2.716

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados a taxas que variam 96% e 102% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI), Operações Compromissadas com taxa de 70% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI) e Fundos de Investimento que buscam superar a rentabilidade de 100% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI) em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

5 Depósitos bancários vinculados

	2021	2020
Banco do Brasil S.A. (a)	6.093	6.034

- (a) Aplicação financeira de curto prazo com o Banco do Brasil, eram vinculadas até outubro/2021 ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com este banco, conforme a nota explicativa n.º 12, lastreada em CDB remunerado à taxa fixa de 2,63% a.a. A partir de novembro/2021 aplicou-se o montante de R\$ 6.093 em CDB com rendimento de 96% CDI. Esta aplicação é um depósito vinculado dado como garantia ao financiamento contratado com o Banco do Brasil.

6 Contas a receber de cliente

	2021	2020
Valores a vencer	37.475	36.885

Os saldos a receber são na sua totalidade com a Eletronorte e não contêm valores vencidos, mas somente valores a vencer em menos de dois meses.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

7 Arrendamento mercantil a receber

Com base nas considerações da nota explicativa n.º 2, a Companhia reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento mercantil, líquido de impostos, como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

Ano de vencimento	2021	2020 (reapresentados, não auditados)
2021	-	55.436
2022	62.583	57.677
2023	62.485	60.010
2024	62.385	60.010
2025	26.178	42.438
Subtotal	213.631	275.571
Ajuste ao valor presente	(26.603)	(42.419)
Total	187.028	233.152

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	267.791
Reversão de ajuste a valor presente	18.654
Baixa por realização	(53.293)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	233.152
Reversão de ajuste a valor presente	16.543
Baixa por realização	(62.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	187.028

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$ 16.543 (R\$ 17.457 em 2020).

Modificação dos motogeradores

Conforme divulgado na nota explicativa n.º 1, a Companhia em conjunto com a Eletronorte decidiu pela conversão dos motogeradores para 100% a gás. Tal conversão trará benefícios importantes para a operação atual e futura da usina, impactando na redução de custo de manutenção, na atualização tecnológica da usina, com impacto ambiental positivo.

O aditivo contratual entre a Companhia e Eletronorte foi assinado em setembro de 2020 aprovando a conversão dos motogeradores, sendo essa a data efetiva de modificação do contrato de arrendamento conforme determina do CPC 06. A modificação do arrendamento financeiro não caracterizou um arrendamento separado (novo), como também, não gerou uma alteração de classificação do arrendamento original para um contrato de arrendamento operacional. Diante dessas circunstâncias, o CPC 06 determina que o arrendador deva aplicar os requisitos do CPC 48 Instrumentos financeiros, ou seja, avaliar se o instrumento financeiro original (a receber do arrendamento) sofreu modificação substancial qualitativa e quantitativa, ao ponto de ser considerado extinto, e consequentemente substituído por um novo instrumento financeiro mensurado ao valor justo.

A administração efetuou as devidas análises e concluiu que as características do contrato original foram mantidas e que não houve qualquer alteração no fluxo de caixa contratual original, desta forma a modificação não gerou impactos contábeis. No entanto, o aditivo contratual adiciona o serviço de conversão dos motogeradores que será avaliado pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes à medida que a prestação de serviço de conversão foi concluída em janeiro/2022.

8 Estoques

	2021	2020
Combustível	397	540
Almoxarifado de peças para manutenção (a)	31.443	19.866
Outros estoques	462	541
Total	32.302	20.947
Circulante	32.302	10.980
Não circulante	-	9.967
Total	32.302	20.947

- (a) O aumento no saldo de almoxarifado de peças para manutenção refere-se a conversão de um motogerador concluído em 2022. Em 2021, foram convertidos quatro motogeradores dos cinco instalados. Ver Nota Explicativa n.º 1 para maiores esclarecimentos.

A Companhia realiza inventário e inspeções regularmente e não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas.

9 Adiantamento a fornecedor e outras contas a receber

	2021	2020
Eletrobras - CCC-ISOL (a)	640	5.761
Adiantamento a fornecedor (b)	7.321	107.817
Despesas antecipadas	377	1.842
Receita de subrogação - CPC48 (c)	72.162	-
Outras contas a receber	33	36
Total	80.533	115.456
Circulante	47.230	115.456
Não circulante	33.303	-
Total	80.533	115.456

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei n.º 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. A Companhia realiza a antecipação de pagamento das faturas ao fornecedor para posterior recebimento do montante pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- (b) Em 22 de Junho de 2020 a Companhia assinou contrato com a Wartsila para conversão dos motores para operação com 100% gás natural. A redução significativa de adiantamento ao fornecedor refere-se conversão dos motores ocorrida em 2021.
- (c) A Companhia implantou com a conversão dos motores em 2021 o CPC48 – Instrumentos Financeiros, onde todos os custos da conversão foram reconhecidos no resultado à medida que cada motor convertido entrava em operação, da mesma maneira, a receita de sub-rogação referentes ao reembolso da CCC foram reconhecidos no contas a receber como prestação de serviços à Wartsila e avaliada pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, que serão recebidos mensalmente até maio/2025. Ver Nota Explicativa n.º 1 para maiores esclarecimentos.

10 Impostos a recuperar

	2021	2020
PIS sobre ativo imobilizado	224	127
PIS sobre faturamento	1.497	3
COFINS sobre ativo imobilizado	1.033	583
COFINS sobre faturamento	6.867	12
Outros	3	109
Total	9.624	834
Circulante	9.051	834
Não circulante	573	-
Total	9.624	834

Os saldos de COFINS e PIS são oriundos, substancialmente, das retenções de recebimentos da Eletronorte, os quais são compensados com obrigações de tributos federais. Em função dos custos com a conversão dos motores, a Companhia utilizou créditos não cumulativos, acumulando as retenções na fonte da Eletronorte, iniciando suas compensações a partir de 2022.

11 Fornecedores

	2021	2020
Gera Geradora de Energia do Amazonas	85	61
Tokio Marine Brasil Seguradora	228	793
Petrobras Distribuidora S.A.	-	2.725
Wartsila (Brasil e Filândia)	1.673	4.378
Outros fornecedores	249	436
Total	2.235	8.393

12 Empréstimos e Financiamentos

	Vencimento		Circulante		Não	2021	2020
	principal	Taxas efetiva	Encargos	Principal	circulante		
Banco do Brasil - CCB (a)	out/23	CDI+2,33% a.a.	1.187	43.655	65.545	110.387	165.576
(-) Custos de transação			-	(567)	(427)	(994)	(1.562)
Subtotal			1.187	43.088	65.118	109.393	164.014
Total			1.187	43.088	65.118	109.393	164.014
Circulante			1.187	43.088	-	44.275	20.825
Não circulante			-	-	65.118	65.118	143.189
Total			1.187	43.088	65.118	109.393	164.014

- (a) Cédula de crédito bancária (CCB) assinada em 2 de outubro de 2020 com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$165.000 para a viabilização da conversão dos motores de óleo combustível para o gás natural e substituição das dívidas junto ao BASA e SUDAM, com vencimento em 2 de outubro de 2023. Tem incidência de encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais juros fixos de 2,33% ao ano.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.163	89.901	102.064
Captação de empréstimos	165.000	-	165.000
Juros e variações monetárias provisionadas	6.300	-	6.300
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(6.365)	-	(6.365)
Aquisição dos custos de captação	(1.702)	-	(1.702)
Amortização dos custos de captação	140	-	140
Transferências	(53.288)	53.288	-
Pagamentos de principal	(101.423)	-	(101.423)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.825	143.189	164.014
Captação de empréstimos	-	-	-
Juros e variações monetárias provisionadas	10.116	-	10.116
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(9.504)	-	(9.504)
Amortização dos custos de captação	567	-	567
Transferências	78.071	(78.071)	-
Pagamentos de principal	(55.800)	-	(55.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	44.275	65.118	109.393

Todos os financiamentos são em moeda nacional e têm como agente financeiro o Banco do Brasil.

O cronograma de desembolsos dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Ano de vencimento	2021	2020
2022	-	78.103
2023	65.118	65.086
Total	65.118	143.189

A Companhia deve manter com o banco, durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de crédito, a conta vinculada, com as características e funções a seguir:

- (a) Para segurança do principal da dívida e das demais obrigações a Companhia transferiu fiduciariamente ao Banco do Brasil S.A em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo “pro-solvendo” e sob condição resolutiva, a totalidade dos direitos creditórios que forem depositados ou transitarem pela conta reserva. Não há retenção destes valores de modo que a Companhia pode utilizá-los a qualquer momento.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu integralmente as exigências do contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. anteriormente descritas.

As demais garantias das operações são as seguintes:

Tipo do Financiamento	Garantias
CCB	1 - Hipoteca do terreno e suas benfeitorias; 2- Cessão fiduciária de direitos sobre créditos na conta reserva e dos direitos emergentes 3- Penhor da totalidade dos recebíveis dos créditos 4- Alienação fiduciária dos bens em garantias 5- Seguros dos bens em garantias e 6 – Aval da TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos *covenants*, conforme apresentado a seguir:

Cláusula restritiva – <i>covenant</i>	Requerimentos	Instituição
Cédula de Crédito Bancário	Conta Reserva com recurso mínimo de R\$ 6.000.000,00 Relação de dívida financeira líquida/EBITDA (ajustado com efeito caixa do CPC 06) inferior a 2,5	BB

13 Obrigações tributárias

	2021	2020
INSS serviços de terceiros	223	171
PIS - Programa de integração social	464	103
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	2.136	473
PIS/COFINS/CSLL retidos	84	116
ICMS e DIFAL	4.830	3.771
Outros tributos a recolher	306	72
Total	<u>8.043</u>	<u>4.706</u>

14 Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os tributos diferidos contabilizados no passivo tinham a seguinte origem:

	2021	2020 (reapresentado, não auditados)
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
Imposto de renda e contribuição social	(2.404)	(188)
PIS e COFINS diferidos	-	2.131
Impostos diferidos - efeito no resultado		
Reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	20.159	24.745
Diferenças temporárias	(515)	(641)
	<u>19.644</u>	<u>24.104</u>
Total	<u>17.240</u>	<u>26.047</u>
Circulante	-	2.131
Não circulante	17.240	23.916
Total	<u>17.240</u>	<u>26.047</u>
Efeito no resultado	<u>6.676</u>	<u>3.473</u>

- (a) A Companhia apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto 3.000/99, artigo 409, Decreto-Lei 1.598/77, artigo 10, §3.º IN SRF 21/79, Lei 9.718/1998, artigo 7.º, parágrafo único.
- (b) Os tributos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do CPC 06, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

15 Outras contas a pagar

	2021	2020
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - P&D	1.397	1.720
Adiantamento de Clientes	-	344
	1.397	2.064
Circulante	181	564
Não circulante	1.216	1.500
Total	1.397	2.064

16 Partes relacionadas

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora final é a Commandery Participações em Energia S.A.

A Companhia não possui contrato de mútuo (conta corrente) com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Conforme informado na nota explicativa nº 12 a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2021, saldos a pagar para a Vibra (Petrobras Distribuidora S.A.) no montante de R\$228 (R\$2.725 em 31 de dezembro de 2020). Em 05 de novembro de 2021 a Petrobras deixou de ser acionista da Companhia passando a TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. a possuir 99,52% das ações da Companhia.

No período findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia transacionou, por meio de compra de combustíveis com a Vibra (Petrobras Distribuidora S.A.), o montante de R\$26.240 (31 de dezembro de 2020, R\$29.903). Tais valores são reembolsados posteriormente pela CCC.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários do Conselho de Administração são fixados em assembleia geral de acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2021 foram pagos honorários para a Administração no montante de R\$749, sendo R\$ 517 de remuneração fixa e R\$ 232 de remuneração variável (31 de dezembro de 2020, R\$720, sendo R\$ 470 de remuneração fixa e R\$ 250 de remuneração variável).

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

17 Processos judiciais e administrativos

A Companhia efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Esta revisão objetiva classificar as provisões para riscos segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial, em diversas instâncias.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía nenhum processo considerado como risco de perda provável pelos seus assessores jurídicos.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), dividido em 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente pagas e sua composição pelos acionistas é a seguinte:

	2021	
	Quantidade de ações	Valor do capital
Acionistas		
TEP - Termoeletrica Potiguar S.A.	44.784	49.760
Maria das Graças B. N. Fernandes	216	240
Total	45.000	50.000

	2020	
	Quantidade de ações	Valor do capital
Acionistas		
TEP - Termoeletrica Potiguar S.A.	27.000	30.000
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	18.000	20.000
Total	45.000	50.000

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo no 202 da Lei nº 6.404/76.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6404/76, até o limite de 20% do capital social, e, após essa destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir.

Incentivos fiscais do imposto de renda

Por estar situada na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda (75%), que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu o montante de R\$ 14.772 (R\$ 6.375 em 2020) a título de Reserva de incentivo fiscal SUDAM, perfazendo um montante acumulado de R\$ 66.001 (R\$ 51.229 em 2020).

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$ 52.737 que a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 17 de abril de 2020, a Companhia, por meio da Assembleia Geral Ordinária autorizou a distribuição de R\$10.201 (R\$0,23 por lote de mil ações) de dividendos adicionais correspondentes ao saldo de lucros retidos no final do exercício de 2019, os quais foram totalmente pagos no transcorrer do ano de 2020 conforme disponibilidade de caixa.

Em 22 de dezembro de 2020, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$5.850 de juros sobre capital próprio referente ao resultado do exercício de 2020, os quais foram totalmente pagos no transcorrer do ano de 2021 conforme disponibilidade de caixa.

Em 19 de abril de 2021, a Companhia, por meio da Assembleia Geral Ordinária aprovou a distribuição de R\$5.850 (R\$0,23 por lote de mil ações) de juros sobre capital próprio já reconhecido no exercício de 2020 e R\$4.866 referentes a dividendos adicionais correspondentes ao saldo de lucros retidos no fim do exercício de 2020, reconhecidos em 2021 e totalmente pagos no transcorrer do ano de 2021 conforme disponibilidade de caixa.

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$17.000 referentes a dividendos intermediários correspondentes ao exercício social de 2021, os quais serão pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos propostos referente a 2019	10.201
Juros sobre capital próprio	5.850
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(877)
Dividendos pagos	<u>(10.201)</u>
Saldo dividendos a pagar 2020	4.973
Dividendos propostos referente a 2020	4.866
Dividendos intermediários de 2021	17.000
Dividendos pagos	<u>(9.839)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2021	<u>17.000</u>

Base para dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro líquido em 31 de dezembro	42.292	17.090
Reserva de incentivos fiscais	(14.772)	(6.375)
Base para dividendos	27.520	10.715
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	6.880	2.679
Por lote de mil ações	0,15	0,06

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$17.000 referentes a dividendos intermediários correspondentes ao exercício social de 2021, valor este superior aos dividendos mínimos obrigatórios, desta maneira não há necessidade de realização de destinação complementar.

d. Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	42.292	20.547
Média ponderada de ação por lote de mil	45.000	45.000
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$	0,940	0,457

A Companhia não possui instrumentos diluidores e por isso o lucro por ação básico e diluído são iguais.

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Taxa efetiva	2021	2020 (reapresentado, não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.386	21.502
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)		(15.091)	(7.311)
Diferenças temporárias e permanentes:			
Adições		1.897	2.228
Exclusões		(352)	(2.410)
Ajuste decorrente da aplicação do CPC06 e CPC48		(14.333)	(5.299)
Demais adições e exclusões		4.337	1.989
Subtotal		(23.542)	(10.803)
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	-19,76%	14.772	6.375
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15,04%	6.676	3.473

(*) A Companhia possui projeto aprovado pela SUDAM, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos diferidos e correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

20 Receita líquida

	2021	2020
		(Reapresentado, não auditados)
Receita de venda de energia (a)	37.925	35.449
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	59.646	61.136
Deduções de venda		
PIS	(2.366)	(2.023)
COFINS	(10.898)	(9.318)
ICMS	(48.296)	(40.507)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.289)	(1.104)
Total	34.722	43.633

- (a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com a Eletronorte.
- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo), referente a receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica em ambiente regulado (CCEAR).

21 Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Custos e despesas com pessoal e administradores	(3.214)	(2.989)
Depreciação e amortização	(912)	(729)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(224)	(209)
Custos com manutenção e operação	(33.646)	(44.131)
Custos e despesas com seguros	(2.298)	(1.124)
Despesas com viagens e comunicações	(166)	(127)
Serviços de terceiros	(484)	(491)
Assessoria e consultoria	(2.309)	(1.494)
Tributos	387	(177)
Outras despesas (receitas)	(1.401)	5.492
Total	(44.267)	(45.979)
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(35.409)	(44.951)
Despesas gerais e administrativas	(7.806)	(6.721)
Outras receitas operacionais, líquidas	(1.052)	5.693
Total	(44.267)	(45.979)

22 Resultado financeiro

	2021	2020 (reapresentados, não auditados)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.462	536
PIS e COFINS sobre receita financeira	(557)	(45)
Correção Receita Financeira Leasing - CPC 06 (a)	16.543	17.457
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (b)	30.958	13.655
Variações cambiais positivas	3.283	4.545
Outras receitas financeiras, líquidas	13.505	434
Subtotal	65.194	36.582
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(10.116)	(6.300)
Amortização de custo de captação	(567)	(140)
Variações cambiais negativas	(158)	(5.465)
Outras despesas financeiras, líquidas	(422)	(829)
Subtotal	(11.263)	(12.734)
Total	53.931	23.848

- (a) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.
- (b) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

	Valor contábil 2021		
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	18.244	-	18.244
Depósito bancários vinculados	-	6.093	6.093
Contas a receber	109.637	-	109.637
Arrendamento mercantil a receber	-	187.028	187.028
Outras contas a receber	1.050	-	1.050
Total	128.931	193.121	322.052

	Valor contábil 2021		
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores	2.235	-	2.235
Empréstimos e financiamentos	-	109.393	109.393
Total	2.235	109.393	111.628

As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de *rating*.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contrato bilateral com a Eletronorte. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Ativos financeiros	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual			
		12 meses	24 meses	36 meses	48 meses
Caixa e equivalentes de caixa	18.244	18.244	-	-	-
Depósito bancários vinculados	6.093	6.093	-	-	-
Contas a receber	109.637	76.334	13.781	13.781	5.741
Arrendamento mercantil a receber	187.028	62.583	53.679	57.911	12.855
Total	321.002	163.254	67.460	71.692	18.596

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas foram monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Passivos financeiros	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	
		12 meses	24 meses
Fornecedores	2.235	2.235	-
Empréstimos e financiamentos	109.393	44.275	65.118
Total	111.628	46.510	65.118

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativas à aquisição de peças em outras moedas.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2021 a Companhia obteve de variação cambial líquida positiva de R\$ 3.126 (Em 2020 variação cambial líquida negativa de R\$ 920).

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando saldos de aplicações financeiras, financiamentos e mútuos em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2021. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%. Simulação com expectativa do CDI para 31 de dezembro de 2021:

Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo		
		Provável I (*)	Possível II 25%	Remoto III 50%		Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%
Passivo - Empréstimos e financiamentos								
Banco do Brasil S.A.	Alta da CDI	9,30%	11,63%	13,95%	(109.393)	(119.567)	(122.110)	(124.653)
Total empréstimos e financiamentos					(109.393)	(119.567)	(122.110)	(124.653)
Ativo - Aplicações financeiras								
Banco Itaú	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	5.789	6.327	6.193	6.058
Banco XP Investimentos	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	12.451	13.609	13.319	13.030
Total aplicações financeiras					18.240	19.936	19.512	19.088
Ativo - Depósitos bancários vinculados								
Banco da Amazônia S.A.	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	-	-	-	-
Banco do Brasil	Baixa do CDI	9,30%	6,98%	4,65%	6.093	6.660	6.518	6.376
Total depósitos bancários vinculados					6.093	6.660	6.518	6.376
Total líquido					(85.060)	(92.971)	(96.080)	(99.189)
Efeito no patrimônio líquido					-	(7.911)	(11.020)	(14.129)

(*) Fonte: Banco Santander

Política de preços (ambiente regulatório)

Existe um contrato bilateral entre a Companhia e a Eletronorte de fornecimento do que é enquadrado como arrendamento mercantil financeiro. A Companhia não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de combustível

A Companhia gera energia por meio de UTE. Uma situação extrema, em que não haja oferta de gás natural pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela Companhia, implicaria a redução de receita e aplicação de multas por parte da Eletronorte. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados com os grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução da produção de energia. A Companhia entende não haver riscos relevantes que justifique o reconhecimento de perdas.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância assegurada	Valor do prêmio	Vigência
Risco operacional	Prédio e conteúdo que constituem o estabelecimento segurado, excluindo linhas de transmissão. Estão inclusos prédio, galpão químico, maquinário do galpão, tancagem e utilidades, unidades de apoio, equipamento de conversão de gás natural e subestação	260.000	2.380	26/02/2022
Lucros Cessantes	Situações de paralisação total ou parcial dos negócios, preservando o movimento dos negócios nos níveis anteriores à ocorrência do sinistro.	40.000		
Responsabilidade civil	Danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros.	5.500	14	31/01/2022
Responsabilidade civil dos Diretores e Administradores	Ressarcimento das Perdas Indenizáveis pelas quais o Segurado for responsabilizado, a título de reparação, por Danos causados a Terceiros, decorrentes de uma Reclamação coberta e fixadas por sentença judicial ou arbitral final e irrecorrível, ou mediante acordo com os Terceiros prejudicados com a anuência prévia e expressa da Seguradora, atendidas as Condições Contratuais e a Especificação.	15.000	5	27/07/2022

25 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$19.511, relacionados com:

- Taxas de fiscalização da ANEEL de R\$224, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$16.676, com vigência até 01 de maio de 2026.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$1.506, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$156, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$949, com vigência indeterminada.
- Contrato bilateral de venda de energia R\$226.526, com vigência até maio de 2025.

26 Transações que não afetaram o caixa

Seguem as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Compensação de impostos	18.656	15.399
Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos	-	1.763
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos	6.880	-